



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1

BOLETIM INFORMATICO N.º 49

Mai de 2001

NOTAS

1. As próximas sessões do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) estão agendadas para os dias **20 de Junho** e **12 de Julho**.

2. Na sessão do dia 20 de Junho será apresentado o anteprojecto de **regulamento de inspecções** entretanto já elaborado pelo grupo de trabalho constituído para o efeito.

3. Na reunião de 12 de Julho prevê-se a realização de **movimento extraordinário** envolvendo a eventual promoção e transferência de procuradores-gerais-adjuntos e procuradores da República bem como a transferência de procuradores-adjuntos, em conformidade, aliás, com o aviso que se divulga em anexo (*anexo I*).

O referido aviso foi publicado em suplemento ao *Diário da República* (II série) de 8 de Junho de 2001.

4. A capa do presente *Boletim Informativo* regressa ao seu anterior aspecto gráfico depois de superadas as anomalias de natureza informática que impossibilitaram a distribuição dos dois números anteriores (n.ºs 47 e 48) com capas a cores.

A TABELA

1. A tabela da sessão efectuada no passado dia 30 de Maio integrava um total de 74 pontos dos quais 50 para serem apreciados em *Plenário* e 24 na *Secção Disciplinar*.

2. Na agenda de trabalhos do *Plenário* estavam inscritos, para além dos habituais pontos relativos ao período de antes da ordem do dia e à aprovação da acta da última sessão, os seguintes pontos: 28 processos de inspecção; projecto de aviso de movimento extraordinário (*vide supra*); nomeação de representante para a comissão de acompanhamento das actividades de avaliação e execução das medidas necessárias à reforma do contencioso administrativo; parecer sobre os projectos de lei relativos à responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais pessoas colectivas públicas, aos estatutos dos tribunais administrativos e fiscais e ao código do processo nos tribunais administrativos; tomada de conhecimento do destacamento, pelo procurador-geral distrital de Lisboa, de dois magistrados bem como do regime de acumulação de funções fixado a outros três magistrados; ratificação da nomeação como juizes conselheiros (auxiliares) da secção do contencioso administrativo do Supremo Tribunal Administrativo dos procuradores-gerais-adjuntos Lics. *Adérito Santos* e *Rui Manuel Botelho* e renovação de comissões de serviço que vêm sendo exercidas pelos procuradores-gerais-adjuntos Lics. *Veríssimo Luís Machado Mata* e *António Francisco de Araújo Lima Cluny* junto dos Supremos Tribunais.



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2

Para além disso estavam também inscritos em tabela os seguintes assuntos: pedido de aposentação/jubilção apresentado pelo procurador da República Lic. *Joaquim Manuel Ribeiro Tomé*; pedido de autorização para a nomeação do procurador da República Lic. *António Francisco Marques Batista* como conselheiro jurídico na missão permanente de Portugal junto dos organismos e organizações internacionais em Genebra; ratificação da renovação da comissão de serviço do procurador-geral-adjunto Lic. *Francisco Teodósio Jacinto* como director-adjunto do Centro de Estudos Judiciários; designação da procuradora-adjunta Lic.^a *Helena de Jesus Fernandes Gonçalves* como assessora do gabinete do Procurador- -Geral da República; pedido de autorização para o procurador-adjunto Lic. *Jorge da Paz Rodrigues* integrar a Comissão Nacional de Objecção e Consciência; pedido de autorização para a designação do procurador das República Lic. *Marco António Mendes Ferreira* como membro da Comissão de Protecção de Menores de Penela; processo relacionado com o acidente em serviço de uma magistrada; inquérito relacionado com factos ocorridos na comarca de Amarante e participação apresentada contra um magistrado.

3. Da tabela da *Secção Disciplinar* constavam, por sua vez, 17 inquéritos, 5 processos disciplinares, 1 participação e 1 exposição.

AS SESSÕES EM RETROSPECTIVA

1. Não estiveram presentes na sessão em *Plenário* a Prof.^a Doutora *Teresa Pizarro Beleza*, o Prof. Doutor *Pedro Bacelar de Vasconcelos*, o Dr. *Rocha Andrade*, o Dr. *Sanches Esteves* e a Dr.^a *Teresa Morais*.

Na reunião em *Secção Disciplinar* não esteve presente o Dr. *Rocha Andrade*.

2. Foram **adiados** quarenta e dois pontos dos quais 35 relativos à tabela do *Plenário* e 7 à *Secção Disciplinar*

PONTOS DAS AGENDAS

1. No período de **antes da ordem do dia** e depois de aprovada a acta da sessão anterior, o Procurador-Geral da República informou o CSMP sobre a sua iniciativa de solicitar a uma senhora inspectora do Ministério Público elementos, que o habilitassem a ponderar a decisão a tomar perante uma exposição que lhe fora apresentada anteriormente pelo Senhor Eng.^o Roberto Carneiro acerca de um processo crime em que o mesmo havia sido constituído arguido.

Tal exposição reporta-se a um processo crime arquivado e questiona a actuação do Ministério Público na fase de inquérito, sendo certo ter sido também referido que a decisão que recair sobre a solicitada informação será oportunamente comunicada ao Conselho.

Ainda nesse período o Lic. *Miller Mendes* deu conhecimento ao Conselho de que o grupo de trabalho de que faz parte e criado para a apresentação do projecto de regulamento de inspecções, perspectiva apresentá-lo já na próxima sessão do Conselho.

Ainda acerca deste assunto, pela Lic.^a *Joana Marques Vidal* foi sugerida a divulgação do projecto tanto pelos magistrados como pelo Sindicato dos Magistrados do Ministério Público a fim de se propiciar um debate tão alargado quanto possível sobre o mesmo.

Para além desses temas, foram ainda expostos problemas relacionados com a insuficiência dos quadros de magistrados do Ministério Público nos Tribunais de Família e Menores de Lisboa, Porto, Braga, Matosinhos, Aveiro, Setúbal e Faro.

Refira-se que a Lic.^a *Joana Marques Vidal* sublinhou, ainda nesse período, o interesse na realização de um encontro entre o CSMP e o Conselho Superior de Magistratura conforme, aliás, já anteriormente proposto e aceite.

2. Foi aprovado o **parecer** elaborado pelo Lic. *Fernandes Cadilha* acerca dos projectos de lei relativos à responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais pessoas colectivas públicas, aos estatutos dos tribunais administrativos e fiscais e ao código de processo nos tribunais administrativos.

A Dr.^a *Paula Teixeira da Cruz* apresentou relativamente a esse parecer – o qual se divulga em anexo (*anexo II*) – a seguinte declaração de voto:

«Não se acompanham as reservas formuladas pelo Exm.^o Relator, no que concerne à possibilidade de cumulação de pedidos, contemplada no projecto.

Na verdade, a possibilidade da referida cumulação revelar-se-á, em nosso entender, um meio adicional em ordem à obtenção de uma justiça material, substantiva».

3. Foram apreciados três **processos de inspecção** relativos a 3 procuradores-adjuntos tendo, em dois casos, sido atribuída a classificação de *Muito Bom* e no outro decidida a suspensão da atribuição de classificação bem como a instauração de inquérito disciplinar para averiguação de factos relacionados com a informação prestada em mapas estatísticos. Neste último caso, votaram vencidos o Prof. Doutor *Duarte Nogueira* e o Lic. *Paulo Dá Mesquita*.

4. O Conselho tomou conhecimento do **destacamento** dos procuradores-adjuntos Lics. *Maria da Graça Alves Lopes de Andrade Moreira* e *Florbela Reis Fernandes de Almeida*, respectivamente, para as comarcas da Moita e de Almada.

Par além disso tomou também conhecimento da situação de acumulação de funções fixada aos procuradores-adjuntos Lics. *João Pires Cardoso Alves* (no Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa), *Lina Maria Carvalho Matos Boa-Alma Almeida* (na 6.^o secção do DIAP) e *Rui Manuel de Jesus Batista* (na comarca do Bombarral).

5. O Conselho aprovou a realização de um **movimento** extraordinário no próximo dia 12 de Julho bem como o respectivo aviso (*vide anexo I*).



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4

6. O procurador-geral-adjunto Lic. *Fernandes Cadilha* foi nomeado representante do CSMP na comissão de acompanhamento das actividades de avaliação e execução das medidas necessárias à reforma do contencioso administrativo, criada por despacho do Ministro da Justiça de 15 de Janeiro de 2001.

7. O Conselho tomou conhecimento da designação da procuradora-adjunta Lic.^a *Helena de Jesus Fernandes Gonçalves* como assessora do Gabinete do Procurador-Geral da República.

8. Na *Secção Disciplinar*, para além da apensação de dois processos de inquérito, foi deliberado o arquivamento de 8 processos bem como a conversão em processo disciplinar de 2 inquéritos.

Para além disso foram aplicadas as seguintes penas: de advertência (a 2 procuradores da República e a 1 procurador-adjunto); de suspensão do exercício de funções por 90 dias (a 1 procurador-adjunto); de suspensão do exercício de funções por 120 dias (a 1 procurador-adjunto) e de inactividade por 12 meses (a 1 procurador-adjunto).

Anexos

- [Aviso para o movimento extraordinário a realizar em 12 de Julho de 2001](#)
- [Parecer sobre os projectos de lei referentes ao Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado bem como ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos](#)